



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

RELATÓRIO E CONTAS
2023

ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

O PRESIDENTE

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

O CONSELHO GERAL

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino – *Presidente*

Carlos Alberto Rodrigues Beja - Conselheiro

Luís de Melo Champalimaud - Conselheiro

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado – Conselheiro

Francisco Murteira Nabo - Conselheiro

Ambrose So – Conselheiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino – *Presidente*

Man Hin Choi

Mário José Brandão Ferreira

João Costa Pinto

Pedro Leitão Monjardino

COMISSÃO EXECUTIVA

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino – *Presidente*

Mário José Brandão Ferreira

Pedro Leitão Monjardino

O CONSELHO FISCAL

Manuel dos Santos Almeida – *Presidente*

Patrick Huen – *Vogal*

Francisco Manuel Constantino Pinto – *Revisor Oficial de Contas*





FUNDAÇÃO
Stanley Ho

**ESTRUTURA, OBJETIVOS E ATIVIDADES
DA FUNDAÇÃO**

1. INSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO

A Fundação Stanley Ho, instituída em oito de Fevereiro de 1999, é uma pessoa coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, cujos Estatutos foram publicados no Diário da República nº 53, III Série, de 4 de Março de 1999.

2. OBJETIVOS DA FUNDAÇÃO

A Fundação Stanley Ho tem por objeto a realização de ações de caráter social, cultural, educativo e filantrópico, que visem a valorização do homem e a promoção dos valores humanistas.

A Fundação desenvolverá a sua ação em todo o mundo, dando especial atenção ao território Português, privilegiando a região onde se encontra sediada e os locais de implantação dos seus investimentos.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1. No prosseguimento dos seus objetivos a Fundação, em 2023, distribuiu subsídios nas áreas da filantropia e acção social.



Em 2023, beneficiaram do apoio da Fundação as seguintes instituições e respetivos projetos:

- *Arte Dance – Associação Artística* – Subsídio para apoiar a deslocação a Ávila, Espanha, das jovens bailarinas desta Associação, no âmbito do projeto “Danças sem Fronteira”.
- *Associação Refood* – Subsídio para apoiar a distribuição de refeições por famílias carenciadas.



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

- ***Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa*** – Subsídio para apoiar a organização do Sarau Cultural, espetáculo de cariz solidário, cujas receitas reverteram para a MANSARDA- Associação de Solidariedade Social, Cívica e Cultural, sem fins lucrativos.
- ***Companhia Nacional de Bailado Contemporâneo*** – Subsídio para apoiar a deslocação ao Festival de Artes de Macau, de dois bailarinos desta Companhia de Bailado.
- ***Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Colares*** – Subsídio para apoiar a aquisição de uma ambulância, para serviço dos bombeiros de Colares.
- ***Junta de Freguesia do Alto Seixalinho, Barreiro e Verdena*** – Oferta de 30 cabazes alimentares, para serem distribuídos por famílias carenciadas.
- ***Centro Social e Paroquial São Francisco Paulo*** - Oferta de 25 cabazes alimentares, para serem distribuídos por famílias carenciadas.
- ***Apoio Fraternal*** - Oferta de 30 cabazes alimentares, para serem distribuídos por famílias carenciadas.
- ***Associação Colmeia Vigilante*** - Oferta de 30 cabazes alimentares, para serem distribuídos por famílias carenciadas.


4




FUNDAÇÃO
Stanley Ho

- ***Paróquia de Nossa Sr^a Conceição – Setúbal*** - Oferta de 25 cartões pré-carregados para serem entregues a 25 famílias carenciadas, que lhes permite adquirir produtos alimentares.
- ***Hospital S. Francisco Xavier*** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos pelas crianças internadas, durante a época Natalícia.
- ***Hospital Garcia de Orta*** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos pelas crianças internadas, durante a época Natalícia.
- ***Associação Remar Portuguesa*** – Oferta de bacalhau para a realização da Ceia de Natal para os “Sem-Abrigo” de Lisboa.

3.2. Em 2023, o valor dos ónus, relacionados com a afetação aos herdeiros nomeados pelo Fundador, mantém-se igual ao valor de 2022, uma vez que todos os herdeiros ao atingirem a maioridade deixaram de ter direito aos resultados.

5



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

**SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA DA FUNDAÇÃO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA

4.1. SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira da Fundação reportada a 31 de Dezembro de 2023 é revelada pelo seu Balanço da mesma data e de onde se conclui o seguinte:

4.1.1. ATIVO

A Fundação atingiu um Ativo no valor em euros de 10.753.439,99, onde se destacam as verbas correspondentes a ativos fixos tangíveis, (terrenos e prédios em fase de regularização do seu registo predial), propriedades de investimentos (terrenos e prédios) e investimentos financeiros (prédios e participações financeiras), depósitos bancários, carteira de títulos mobiliários, existência de produtos acabados maioritariamente relacionados com existência de vinhos engarrafados e a granel e devedores diversos.

A carteira de valores mobiliários detida pela Fundação no valor de euros 5.864.893, constituída por depósitos bancários, obrigações e ações.

O resultado anual da carteira foi positivo, na ordem dos 5,58%, que compara com o resultado negativo registado no ano anterior, justificado pelo comportamento positivo nos mercados.

As propriedades de investimentos financeiros constituídos pelas participações financeiras líquidas de imparidades, aplicações financeiras constantes da carteira de títulos, caixa e depósitos bancários atingem um montante total de euros 7.106.373 em 2023 que se compara com euros 7.778.014 em 2022.





FUNDAÇÃO
Stanley Ho

Os ativos fixos tangíveis líquidos de depreciações e imparidades correspondentes aos terrenos, edifícios e equipamentos relacionados com o desenvolvimento de atividades agrícolas e às instalações administrativas atingem o valor de euros 2.525.681 no presente exercício, que se compara em euros 2.321.913 em 2022.

Os investimentos financeiros atingem o valor de euros 311.179, valor próximo do exercício anterior e correspondem às participações financeiras líquidas de imparidade no Banco Português de Gestão e nas sociedades Mundinter e Finansol.

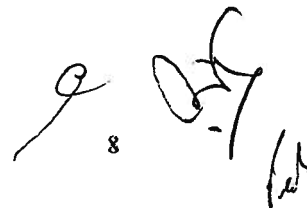
As participações financeiras no Banco Português de Gestão e na Sociedade Mundinter já se encontram substancialmente imparizadas.

A constituição daquelas imparidades naqueles dois ativos justificam-se pela situação financeira demonstrada pelo balanço e contas daquelas instituições.

No que se refere aos inventários, existências de produtos relacionados com as vinhas, o valor atinge neste exercício o montante de euros 238.863, superior em euros 17.501 relativamente ao exercício anterior.

As propriedades de investimento atingem o valor de euros 448.948 igual ao do exercício anterior e correspondem à Quinta do Conde, em Colares.

Em 2023, a rubrica Devedores Diversos, atinge o valor de euros 571.343, superior em euros 35.743 relativamente ao ano anterior.


8

O montante desta rubrica reflete o valor de euros 187,810 referente às rendas dos edificios ocupados pelo Hospital Particular que não foram liquidadas. Este ativo está totalmente imparizado.

No exercício de 2021 foi contabilizado o valor recebido de euros 40.000 da massa falida da empresa Hopalis, que reverteu parcialmente o valor em dívida das rendas dos edificios.

4.1.2. PASSIVO

O Passivo Corrente e Não Corrente da Fundação atinge o valor em euros de 1.188.158 superior em euros 874,00 relativamente ao ano anterior, sendo representado pelas seguintes rubricas:

- O montante de euros 405.336, correspondente aos custos estatutários, respeitando a valores a afetar a fundos. Trata-se de obrigações da Fundação assumidas, nos termos dos seus estatutos, perante os herdeiros do Fundador aquando das doações de patrimónios ou entregas de fundos pelo Fundador. Este montante será entregue aos herdeiros do Fundador.
- O montante de euros 500.000,00 corresponde ao saldo em dívida de empréstimo concedido pelo Fundador para reforço da situação financeira da Fundação.
- A rubrica Credores Diversos atinge o valor de euros 268.778, superior em euros 4.572 relativamente ao ano anterior, e corresponde às dívidas correntes com fornecedores e outros credores.

4.1.3. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O valor da situação líquida da Fundação passou do montante de euros 9.680.437 em 2022 para euros 9.565.283 em 2023.

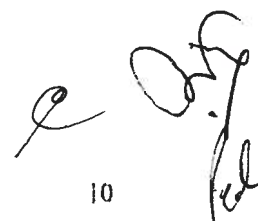
A diminuição decorre do resultado negativo registado no exercício no valor de euros 115.154.

4.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA

A situação económica da Fundação é demonstrada pelo Mapa dos Rendimentos e Gastos de onde se conclui o seguinte:

4.2.1. RENDIMENTOS E OUTROS

- Os rendimentos decorrentes das vendas da atividade agrícola em 2023 atingiram o valor de euros 212.696, e corresponde às vendas de mercadorias no âmbito da atividade agrícola e prestação de serviços e apresentaram uma descida de cerca de 36%.
- Deste valor destaca-se a venda de uva que atingiu o montante em euros de 102.577, a venda de vinho engarrafado e a granel no valor de euros 98.066, dos quais 23.835 euros correspondem a vinho engarrafado destinado à exportação para a China e 7.661 euros para Timor. Neste exercício não ocorreu a venda de cortiça e a prestação de serviços atingiu o valor de euros 19.167.



10

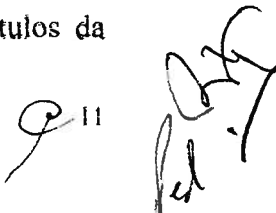
As vendas de produtos das vinhas atingiu, neste exercício, o valor de euros 200.643, inferior em 27% ao ocorrido no ano anterior.

A margem comercial da venda de produtos da vinha foi positiva de 22% das vendas, permitindo cobertura dos custos das mercadorias vendidas e das matérias primas consumidas, resultando substancialmente por transferência dos custos da reestruturação da vinha, no valor de euros 135.923, para a rubrica de ativos fixos tangíveis a amortizar em 20 anos.

- A variação do rendimento decorrente do justo valor dos investimentos em instrumentos financeiros, atingiu um valor positivo de euros 313.109, resultante de uma rentabilidade positiva de cerca de 6% da carteira de títulos mobiliários gerida pelo Banco Português de Gestão. O comportamento dos “Mercados” neste exercício foi positivo permitindo estes 6% no resultado da gestão da carteira.
- Recebimento de um subsídio do IFAP, no valor de 56.539 euros, que se destinou à plantação de novas vinhas na Herdade de Vale Cebolas.

4.2.2. CUSTOS E OUTROS

- As despesas mais significativas neste exercício respeitam:
 - às despesas com pessoal no valor de euros 224.049, com uma subida, 3,5%, relativa ao ano anterior.
 - às despesas com fornecimentos e serviços externos no valor de euros 245,412, superior ao exercício anterior, decorre significativamente do pagamento de comissões bancárias resultantes da gestão da carteira de títulos da Fundação.

11


- aos subsídios atribuídos pela Fundação no valor de euros 16.181, superior ao valor atribuído no ano anterior em cerca de 28%.


O quadro de pessoal é composto por cinco elementos, a que acresce um administrador com funções executivas.

As despesas com os órgãos sociais correspondem ao salário do administrador com funções executivas e aos honorários do Revisor Oficial de Contas. Os restantes elementos do Conselho de Administração e dos outros Órgãos Sociais não auferem quaisquer remunerações.

- O cálculo da margem bruta das vendas da uva e do vinho, resulta do valor das vendas somado à variação positiva ou negativa das existências no final do ano e abatido do custo das mercadorias vendidas e matérias primas consumidas.

A margem bruta obtida por aquela diferença atinge um valor positivo na ordem de euros 64.477, bastante inferior ao ocorrido no exercício anterior, contribuindo para a cobertura das restantes despesas da Fundação.

- Os gastos com as amortizações no valor de euros 53.279 são superiores em relação ao ano anterior.
- Em 2023 não ocorreram custos com os herdeiros do Fundador por todos eles terem atingido a maioridade, perdendo o direito ao subsídio acordado com o Fundador.

9/12


4.2.3. SALDO

O saldo de rendimentos e gastos é negativo e o seu valor atinge o montante de euros 115.154, muito inferior relativamente ao exercício anterior.

Este resultado negativo no exercício decorre de uma margem bruta das vendas da atividade agrícola bastante inferior ao ano anterior, apesar do bom resultado da carteira de títulos mobiliários da Fundação.

5. PERSPETIVAS FUTURAS

A economia nacional tem vindo a reagir favoravelmente aos efeitos da guerra na Ucrânia, com valores muito positivos nas exportações de bens e serviços, nomeadamente um aumento significativo nas receitas do turismo. Prevê-se também uma redução significativa nos valores da inflação.

Pre vemos para 2024 um ano positivo em termos de turismo, dada a localização de Portugal na Europa, muito afastado dos efeitos de segurança provocados pela guerra da Ucrânia.

Esta situação permite prever uma melhoria no mercado da restauração, com efeitos positivos na venda dos vinhos da Fundação.

Pre vemos igualmente um desempenho positivo da carteira de títulos da Fundação.

A Fundação vai manter uma política de subsídios de montante semelhante aos anos anteriores junto das comunidades regionais onde se encontra sediada ou nos locais de implantação dos seus investimentos.



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

A Resolução do Conselho de Ministros nº 13-A/2013, publicada no Diário da República, 1ª série, de 8 de Março de 2013, com as decisões finais tomadas na sequência do Censo às fundações determinado pela Lei nº 1/2012, classificou a Fundação Stanley Ho entre as “*fundações com decisões de manutenção ou sem decisões de alteração*” mantendo-se também o seu estatuto de utilidade pública. No entanto, a publicação da Lei-Quadro das Fundações, através da Lei nº 24/2012, de 9 de Julho, veio impor determinadas regras às fundações designadamente a reapreciação do estatuto de utilidade pública que lhes havia sido atribuído. Dando cumprimento a esta disposição legal, a Fundação Stanley Ho submeteu à Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros o pedido de confirmação do estatuto de utilidade pública tendo, em Setembro de 2013, sido notificada para audiência prévia a respeito das conclusões da instrução do processo que iam no sentido da intenção de indeferimento do pedido.

A pronúncia ao projeto de decisão deu entrada na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros em 24 de Setembro de 2013, continuando-se a aguardar o despacho com a decisão final que a tal pronúncia vier a merecer.

Lisboa, 21 de junho de 2024

A COMISSÃO EXECUTIVA

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino (Presidente)

Mário José Brandão Ferreira (Vogal)

Pedro Leitão Monjardino (Vogal)



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS E GASTOS



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

BALANÇO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	31-dez-23	31-dez-22
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	6	2.525.681,47	2.321.913,10
Propriedades de Investimento	7	448.948,47	448.948,47
Investimentos em Curso		-	8.829,21
Investimentos Financeiros	8	311.179,09	348.013,25
Ativos Não Correntes Detidos para Venda		-	-
Total dos Ativos Não Correntes		3.285.809,03	3.127.704,03
ATIVO CORRENTE			
Inventários	11	238.863,32	221.361,81
Devedores Diversos	10	571.342,73	535.600,21
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		5.101.756,53	4.288.613,52
Caixa e Depósitos Bancários	5	1.556.668,38	2.698.441,24
Total dos Ativos Correntes		7.467.630,96	7.740.016,78
Total do ativo		10.753.439,99	10.867.720,81
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		551.520,83	551.520,83
Doações Diversas		18.358.023,23	18.358.023,23
Resultados Transitados		(9.229.107,24)	(8.688.855,03)
Resultado Líquido do Período		(115.154,32)	(540.252,21)
Total do capital próprio		9.565.282,50	9.680.436,82
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	13	514.042,76	517.742,11
Total dos Passivos Não Correntes		514.042,76	517.742,11
PASSIVO CORRENTE			
Valores a Afetar a Fundos	12	405.336,31	405.336,31
Diferimentos		-	-
Credores Diversos	14	268.778,42	264.205,57
Total dos Passivos Correntes		674.114,73	669.541,88
Total do passivo		1.188.157,49	1.187.283,99
Total do capital próprio e do passivo		10.753.439,99	10.867.720,81

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-dez-23	31-dez-22
Vendas e serviços prestados	16	212.895,65	331.269,01
Subsídios, doações e legados à exploração		56.539,43	1.055,10
Variação nos inventários da produção	17	17.501,51	(17.966,62)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(165.720,03)	(277.210,60)
Fornecimentos e serviços externos	18	(254.241,60)	(167.095,38)
Subsídios Atribuídos	9	(16.180,61)	(12.849,32)
Gastos com o pessoal	19	(224.048,03)	(216.306,73)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	20	-	40.000,00
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)		(36.845,16)	-
Aumentos/reduções de justo valor	21	304.955,78	(267.085,00)
Outros rendimentos e ganhos	22	40.300,32	115.749,76
Outros gastos e perdas	23	(75.040,05)	(93.178,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(141.083,99)	(563.421,35)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(53.278,76)	(43.491,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(194.362,75)	(596.913,07)
Juros e rendimentos similares obtidos	25	76.208,43	56.860,86
Resultado antes de impostos		(118.154,32)	(540.052,21)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(118.154,32)	(540.052,21)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO
EXERCÍCIO DE 2024**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Exmos. Senhores,

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO STANLEY HO**, examinou o relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Rendimentos e Gastos e o respetivo anexo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, conseqüentemente, vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
2. No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a atividade da Fundação e a sua gestão, tendo recebido do Conselho de Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos sobre a gestão da Fundação no ano 2023.
3. Durante o exercício verificámos com regularidade os livros, os registos contabilísticos, os documentos que lhes servem de suporte e demais documentação, contabilizados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e, constatamos a observância da lei e dos estatutos.
4. Tomámos conhecimento do conteúdo da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual emitidos, nos termos da lei em vigor, pelo membro que exerce funções na qualidade de Revisor Oficial de Contas, documentos que merecem a nossa concordância.
5. O relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, explícita e complementa as peças contabilísticas e dá relevo aos aspetos mais importantes da actividade da Fundação e da sua gestão no exercício.
6. Em nossa opinião, o Relatório e Contas, o Balanço, a Demonstração dos Rendimentos e Gastos, o Anexo, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas e com o Relatório de Conclusões e Recomendações do Revisor Oficial Contas, permitem uma adequada compreensão da situação organizacional, patrimonial e financeira e dos resultados da Fundação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

PARECER

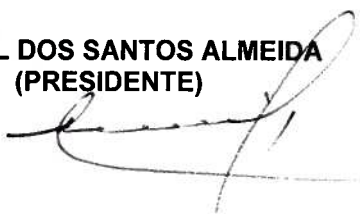
8. Com base no relatório exposto, somos de parecer que:

- Sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas.

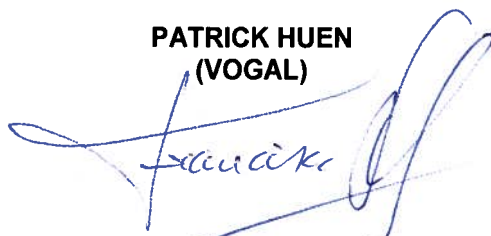
Lisboa, 12 de agosto de 2024

O CONSELHO FISCAL

**MANUEL DOS SANTOS ALMEIDA
(PRESIDENTE)**



**PATRICK HUEN
(VOGAL)**



**FRANCISCO MANUEL CONSTANTINO PINTO
(REVISOR OFICIAL CONTAS N.º 694
REGISTADO NA CMVM COM O N.º 20160334)**



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS / RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de **FUNDAÇÃO STANLEY HO**, que compreendem a demonstração da posição financeira / o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 10.753.439,99 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.565.282,50 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 115.154,32 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Na minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FUNDAÇÃO STANLEY HO** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A minha responsabilidade nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Ênfases

Conforme mencionado na Nota 20 do Anexo, a Fundação durante o ano de 2021 apresentou uma impugnação judicial relativa a uma liquidação adicional de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) decorrente do procedimento de inspeção, referente ao período de 2016, no montante total de 544.527,74 euros (altura em que se procedeu à venda do edifício onde estava instalado o Hospital Particular), tendo, em junho de 2021 a Autoridade Tributária apresentado contestação. Até à data não existe desenvolvimentos no processo.

A minha opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras Matérias

As guerras Rússia-Ucrânia e Israel Hamas vieram ensombrar as perspectivas de recuperação económica mais sustentada que se previa depois do Covid, podendo com o agravamento de qualquer das guerras haver riscos acrescidos no cenário macroeconómico. As preocupações com a recessão continuam a existir, numa fase em que os mercados financeiros se ajustam a um novo ambiente de mercado, e no qual os bancos centrais adotam uma postura mais agressiva. Embora a inflação constitua uma preocupação central do mercado, alguns indícios indiciam estar perto de atingir o seu máximo por agora, como uma consequência natural do abrandamento da economia mundial.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identifiquei e avaliei os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebi e executei procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtive prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtive uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- Avaliei a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Conclui sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se conclui que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliei a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comuniquei com os encarregados de governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

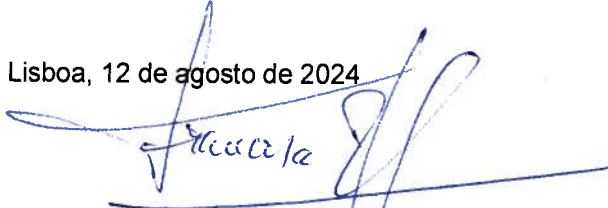
A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, sou de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Lisboa, 12 de agosto de 2024



Francisco Manuel Constantino Pinto
Revisor Oficial Contas N.º 694
Registado na CMVM N.º 20160334



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO
EXERCÍCIO DE 2024**



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

**Anexo às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro
de 2023**

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação tem a sua sede social na Av. Infante D. Henrique, nº 65 e foi constituída em 8 de Fevereiro de 1999 e tem como atividade principal a realização de ações de carácter social, cultural, educativo e filantrópico.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

2.2 - A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data da transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 - Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

2.3 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.



3.1.2. - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.





3.1.6. NFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.- POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Equipamento de transporte	-	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	-	5 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	-	1 a 4 anos

- ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis correspondem, a custos com a aquisição de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Empresa.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de três anos.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como custos no exercício em que são incorridas.

3.2.2. - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e as empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa - são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica "Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial".

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias, associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a Empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo "Provisões" para fazer face a essas obrigações.



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

3.2.3. - ESPECIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.2.4. - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da S.T.D.P. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como aos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e créditos fiscais não utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua realização futura.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (I) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (II) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (III) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Em 31 de dezembro de 2022 não existem impostos diferidos registados por não existirem expectativas razoáveis de que os resultados futuros gerados pela atividade operacional da Empresa sejam suficientes para os realizar.

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.

3.2.5. - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se toma parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou valor nominal e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou ao custo amortizado" deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:


a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.



c) Outros ativos não correntes

Os outros ativos não correntes, que incluem, essencialmente, outras contas a receber de entidades em consequência da venda de participações financeiras, encontram-se registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto de selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método da taxa de juro efetiva em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo ou ao custo amortizado" são classificados na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

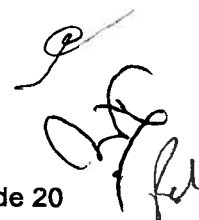
Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados na rubrica "Aumentos / reduções de justo valor".

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou ao custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. A perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros



A Empresa desreconhece ativos financeiros quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu justo valor ou valor de aquisição incluindo despesas de transação, quando não seja possível apurar seu justo valor com fiabilidade.

São designados ao custo amortizado os ativos financeiros que detenham uma maturidade definida, fluam retornos de taxa de juro fixa ou a uma taxa variável indexada e que não disponham de cláusulas contratuais que possam resultar em perdas para o seu detentor.

A Empresa reconhece as variações do justo valor dos seus ativos financeiros diretamente nos resultados do exercício.

3.2.6. - RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito proveniente da venda de participações financeiras é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade das participações financeiras foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre as participações financeiras vendidas;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

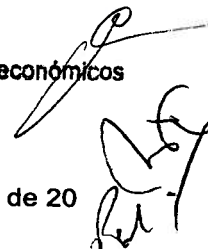
a) Prestação de serviços

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

b) Juros

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



3.2.7. - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidade até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

3.2.8. - CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas em capital próprio.

3.2.9. - PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

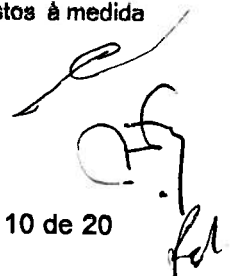
As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.10. - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



3.2.11. - FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO E FUNDO DE GARANTIA DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

O Fundo de Compensação do Trabalho ("FCT") é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. O Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT") é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo mutualista, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais e que visa a concretização da garantia conferida pelo regime instituído pela Lei 70/2013, de 30 de agosto.

As entregas mensais para o FCT, efetuadas pela Empresa, são reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados. As entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela Empresa, são reconhecidas como gasto do período a que respeitam.

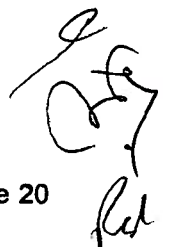
3.2.12. - JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Análises de imparidade de participações financeiras;
- d) de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.



3.2.13. - ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.2.14. - PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

NOTA 5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 têm a seguinte composição:

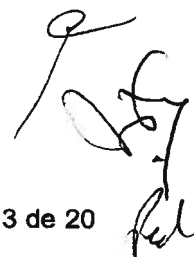
	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Caixa	1 317,65	1 869,81
Depósitos bancários	187 049,32	1 777 270,02
Depósitos a prazo	1 367 301,41	917 301,41
	<u>1 555 668,38</u>	<u>2 696 441,24</u>




NOTA 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2023 e em 31/12/2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	31-dez-23		
	Saldo em 1-jan-23	Aquisições \ Dotações	Saldo em 31-dez-23
Custo:			
Terrenos e recursos naturais	2 914 918,10	135 922,89	3 050 840,99
Edifícios e outras construções	2 318 005,57	19 335,89	2 337 341,46
Equipamento de transporte	459 149,04	87 658,58	546 807,62
Equipamento biológico	194,21	-	194,21
Equipamento administrativo	16 803,33	-	16 803,33
Outros ativos fixos tangíveis	448 864,62	3 934,69	452 799,31
Investimento em curso	-	-	-
	<u>6 157 934,87</u>	<u>246 852,05</u>	<u>6 404 786,92</u>
Depreciações acumuladas:			
Terrenos e recursos naturais	798 718,67	17 232,05	815 950,72
Edifícios e outras construções	2 190 806,51	9 322,80	2 200 129,31
Equipamento de transporte	380 634,43	12 594,14	393 228,57
Equipamento biológico	194,21	-	194,21
Equipamento administrativo	16 803,33	-	16 803,33
Outros ativos fixos tangíveis	448 864,62	3 934,69	452 799,31
	<u>3 836 021,77</u>	<u>43 083,68</u>	<u>3 879 105,45</u>
Ativo líquido	<u>2 321 913,10</u>	<u>203 768,37</u>	<u>2 525 681,47</u>



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

	31-dez-22		
Custo:	Saldo em 1-jan-22	Aquisições \ Dotações	Saldo em 31-dez-22
Terrenos e recursos naturais	2 914 918,10	-	2 914 918,10
Edifícios e outras construções	2 318 005,57	-	2 318 005,57
Equipamento básico	-	-	-
Equipamento de transporte	459 149,04	-	459 149,04
Equipamento biológico	194,21	-	194,21
Equipamento administrativo	14 552,91	2 250,42	16 803,33
Outros ativos fixos tangíveis	441 864,62	7 000,00	448 864,62
Investimento em curso	-	-	-
	<u>6 148 684,45</u>	<u>9 250,42</u>	<u>6 157 934,87</u>
Depreciações acumuladas:			
Terrenos e recursos naturais	773 578,73	25 139,94	798 718,67
Edifícios e outras construções	2 182 157,05	8 649,46	2 190 806,51
Equipamento de transporte	375 469,83	5 164,60	380 634,43
Equipamento biológico	194,21	-	194,21
Equipamento administrativo	14 552,91	2 250,42	16 803,33
Outros ativos fixos tangíveis	441 121,30	7 743,32	448 864,62
	<u>3 787 074,03</u>	<u>48 947,74</u>	<u>3 836 021,77</u>
Ativo líquido	<u>2 361 610,42</u>	<u>(39 697,32)</u>	<u>2 321 913,10</u>

NOTA 7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Ativos Intangíveis é detalhada conforme se segue:

	31-dez-23			
	Saldo em 01 Jan 23	Transferência de Investimentos em curso	Aquisições \ Dotações	Saldo em 31 Jan 23
Quinta Conde, colares	448 948,47	-	-	448 948,47
	<u>448 948,47</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>448 948,47</u>

	31-dez-22			
	Saldo em 01 Jan 22	Transferência de	Aquisições \ Dotações	Saldo em 31 Dez 22
Quinta Conde, colares	448 948,47	-	-	448 948,47
	<u>448 948,47</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>448 948,47</u>

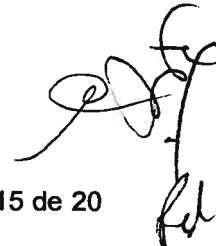
NOTA 8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

31-dez-23

Investimentos em outras empresas	31-dez-23		
	Partes de Capital	Imparidades	Saldo em 31-dez-23
Participações Capital			
BANCO PORTUGUÊS DE GESTÃO	1 319 470,00	(1 287 802,72)	31 667,28
MUNDINTER	6 685,95	(6 531,54)	154,41
FINANSOL	277 331,63	-	277 331,63
FCT	2 025,77	-	2 025,77
	1 605 513,35	(1 294 334,28)	311 179,09

31-dez-22

Investimentos Financeiros	31-dez-22		
	Partes de Capital	Imparidades	Saldo em 31-dez-22
Participações Capital			
BANCO PORTUGUÊS DE GESTÃO	1 319 470,00	(1 250 857,56)	68 612,44
MUNDINTER	6 685,95	(6 531,54)	154,41
FINANSOL	277 331,63	-	277 331,63
FCT	1 581,77	-	1 581,77
	1 605 069,35	(1 257 389,10)	347 680,25



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

NOTA 9. SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS

Rubricas	2023	2022
2. Subsídios	16 180,61	12 849,32
Grupo "Os Leças" - Alto Seixalinho	0,00	0,00
Junta Freguesia Alto Seixalinho	0,00	2 880,00
Hospitais Publicos, Estabelec. Prisionais e Assoc. Dar a Mão	827,59	608,60
Fundação AMI	0,00	0,00
Município Vendas Novas	0,00	0,00
Escola Mestre Saraiva	0,00	494,66
Associação Refood	2 280,00	2 880,00
Associação a Colmeia	0,00	0,00
Associação Estudantes Faculdade Medicina Lisboa	500,00	500,00
Assoc. Portuguesa para o Direito Menores (crescer)	0,00	0,00
Associação REMAR	225,56	316,06
Associação Artística - Arte Dance	0,00	1 000,00
Oferta cabazes de Natal a instituições diversas	4 255,00	0,00
Apoio à edição Livro Iniciação Técnicas Pintura	0,00	500,00
Paróquia Nossa Senhora Conceição	760,00	600,00
Fábrica Igreja Paroquial Freguesia Canha	0,00	1 910,00
Ceia Natal Sem Abrigo Lisboa	0,00	0,00
Junta Freguesia Agueirão Mem Martins	0,00	960,00
Assoc. Bombeiros Voluntários	5 000,00	
Companhia Port. Bailado Contemporanea	2 092,46	
Arte Dance	250,00	

NOTA 10. DEVEDORES DIVERSOS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a rubrica "Devedores diversos" tinha a seguinte composição:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não Corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores Diversos				
Clientes	-	152 738,78		160 693,28
Outros devedores e credores	-	219 588,17	-	217 902,96
Estado e outros entes públicos	-	199 015,78	-	157 003,97
	-	<u>571 342,73</u>	-	<u>535 600,21</u>

NOTA 11. INVENTÁRIOS

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Produtos acabados		
Amazém Vale Cebolas	184 660,74	167 924,09
Amazém Colares	54 202,58	53 437,72
	<u>238 863,32</u>	<u>221 361,81</u>

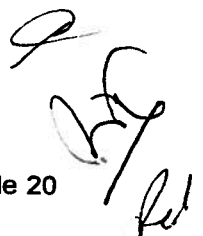
NOTA 12. VALORES A AFECTAR A FUNDOS

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Valores a afectar a fundos	405 336,31	405 336,31
	<u>405 336,31</u>	<u>405 336,31</u>

Os valores a afetar a fundos mantêm-se, pois todos os filhos do Dr. Stanley Ho já atingiram a idade dos 21 anos, conforme escritura de doação.

NOTA 13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

	<u>31-dez-23</u>		<u>31-dez-22</u>	
	Não Corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Dr. Stanley Ho	500 000,00	-	500 000,00	-
Locação Financeira	14 042,76	-	17 742,11	-
	<u>514 042,76</u>	<u>-</u>	<u>517 742,11</u>	<u>-</u>



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

NOTA 14. CREDORES DIVERSOS

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores Diversos				
Fornecedores		23 328,96		25 443,01
Outros devedores e credores	-	237 173,20	-	232 329,42
Estado e outros entes públicos	-	8 278,26	-	6 432,99
	-	<u>268 778,42</u>	-	<u>264 205,42</u>

NOTA 15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	31-dez-23	31-dez-22
1. Inventários iniciais		
2. Compras	165 720,03	277 210,60
3. Reclassificação e regularização de inventários		
4. Inventários finais		
5. CMVMC (5 = 1 + 2 + 3 - 4)	<u>165 720,03</u>	<u>277 210,60</u>

O custo das mercadorias vendidas baixou relativamente ao ano anterior, porque transferiu-se para a rubrica de ativos fixos tangíveis a despesa com a reestruturação da nova vinha, no valor de 135.922,89€, a qual é amortizada em 20 anos.

NOTA 16. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 2023 e em 2022 é detalhado conforme se segue:

	31-dez-23			31-dez-22		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Prestação de serviços	19 193,42	-	19 193,42	19 167,42	-	19 167,42
Vendas de mercadoria:	180 317,90	13 184,33	193 502,23	169 693,23	23 835,00	193 528,23
	<u>199 511,32</u>	<u>13 184,33</u>	<u>212 695,65</u>	<u>188 860,65</u>	<u>23 835,00</u>	<u>212 695,65</u>



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

NOTA 17. VARIACÃO NOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Inventários iniciais	221 361,81	239 328,43
Inventários finais	238 863,32	221 361,81
	<u>17 501,51</u>	<u>(17 966,62)</u>

NOTA 18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Subcontratos	85 906,11	
Trabalhos especializados	26 749,80	14 035,02
Honorários	25 370,00	40 333,30
Conservação e reparação	20 347,76	11 809,01
Serviços bancários	69 941,25	70 163,10
Rendas e alugueres	350,45	587,10
Materiais	2 931,41	2 352,36
Outros serviços		4 494,93
Comunicação	10 400,37	3 486,75
Deslocações estadas e transportes	515,04	472,79
Seguros	984,99	695,33
Energia e fluidos	10 744,62	8 665,89
	<u>254 241,80</u>	<u>157 095,38</u>

NOTA 19. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Remunerações dos órgãos sociais	44 785,35	119 883,75
Remunerações do pessoal	126 163,56	33 236,90
Encargos sobre remunerações	34 416,35	47 519,30
Seguros	12 855,67	10 027,18
Outros gastos	5 828,10	5 639,60
	<u>224 049,03</u>	<u>216 306,73</u>

O número médio de empregados da Fundação no exercício de 2023 foi de 6.

NOTA 20. IMPARIDADES DE INVESTIMENTOS NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS

A rubrica de "Imparidades" nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Aumentos/reversão de Imparidades		
Dividas a receber		
Outros devedores	-	40 000,00
	-	-
	<u>0,00</u>	<u>40 000,00</u>

A Fundação tinha criado uma imparidade no montante de 227.810,40€, referente à totalidade do valor que tinha a receber das rendas Hopalis (Hospital Particular), e em 2021 procedeu à reversão de parte da imparidade no valor de 40.000 euros, pois recebeu esse valor da Massa Insolvente de Hopalis (Hospital Particular).

Durante o ano de 2021, a Fundação apresentou uma impugnação judicial relativa a uma liquidação adicional de imposto sobre o rendimento das Pessoas coletivas (IRC) decorrente do procedimento de inspeção, referente ao período de 2016, no montante total de 544.527,74€ (altura em que se procedeu à venda do Hospital particular), tendo, em junho de 2021 a fazenda pública apresentado contestação. Até à data não há desenvolvimentos no processo.

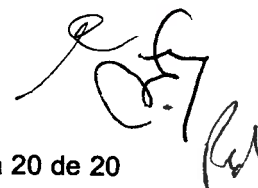
NOTA 21. AUMENTOS OU DIMINUIÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes reconhecidos na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor" são conforme se segue:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Aumentos/reduções de justo valor		
Ganhos por aumento justo valor	1 272 150,44	2 349 613,46
Perdas por reduções de justo valor	(967 194,66)	(2 616 701,46)
	<u>304 955,78</u>	<u>(267 088,00)</u>

NOTA 22. RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Outros rendimentos e ganhos		
Reversões e outros proveitos (reembolso títulos)	754,27	51 100,24
Rendas terreno Vale Cebolas	11 457,23	11 457,23
Correções	-	14 339,89
Ganhos instrumentos financeiros (obrigações/papel comercial)	16 959,39	36 852,01
Ganhos instrumentos financeiros (ações)	7 453,94	
Alienação ativos fixos	1 220,00	
Outros rendimentos e ganhos (juros obrigações e outros)	2 455,49	0,39
	<u>40 300,32</u>	<u>115 749,76</u>

NOTA 23. GASTOS

A rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Impostos	715,03	974,61
Alienações dos rest. Invest. Financeiros	1 119,86	-
Correções	224,65	24 510,38
Quotizações	1 230,00	1 200,00
Perdas em instrumentos financeiros	71 438,70	66 491,15
Outros gastos e perdas	1 211,81	2,38
	<u>75 940,05</u>	<u>93 178,52</u>

NOTA 24. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	<u>31-dez-23</u>			<u>31-dez-22</u>		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	53 278,76	(10 195,08)	43 083,68	43 491,72	-	43 491,72
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>53 278,76</u>	<u>(10 195,08)</u>	<u>43 083,68</u>	<u>43 491,72</u>	<u>-</u>	<u>43 491,72</u>



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

NOTA 25. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os resultados financeiros apresentavam-se como se segue:

	<u>31-dez-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Juros e rendimentos obtidos		
Juros obtidos	5 580,52	5 196,00
Obrigações	73 627,91	51 464,86
	<u>79 208,43</u>	<u>56 660,86</u>
Juros e rendimentos suportados		
Juros suportados	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados financeiros	<u>79 208,43</u>	<u>56 660,86</u>

NOTA 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

A incerteza quanto ao panorama macroeconómico, influenciada pelas tensões geopolíticas globais, constitui um dos principais desafios para 2024. Acresce, em Portugal, a realização das eleições legislativas, o que poderá também ser sinónimo de maior grau de incerteza, contribuindo para um ambiente de cautela, no início de 2024. Sublinha-se, no entanto, que os indicadores sugerem que as taxas de juro possam ter um comportamento menos agressivo ao longo de 2024 e que a inflação permaneça mais controlada.

NOTA 27. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artº209º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

7/1-2/23
Rele Fatos Ruijar



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

FLUXOS DE CAIXA DA FUNDAÇÃO STANLEY HO
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2023

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	219.171,89	295.508,79
Pagamentos a fornecedores	(427.919,86)	(442.038,52)
Pagamentos ao pessoal	(222.151,33)	(212.754,63)
Caixa gerada pelas operações	(430.899,50)	(359.284,36)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(4.167,17)	(1.074,92)
Outros recebimentos/pagamentos	192.089,86	(440.478,87)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(242.976,81)	(600.838,15)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(97.654,00)	(9.803,92)
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	(111,00)	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subtotal	(97.965,00)	(9.803,92)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	1.220,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	
Investimentos financeiros	17.791,31	161.790,88
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Dividendos		
Subtotal	19.011,31	161.790,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(78.953,69)	151.986,96
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Subtotal	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(3.699,35)	(3.445,70)
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Subtotal	(3.699,35)	(3.445,70)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(3.699,35)	(3.445,70)
Variação de caixa e seus equivalentes		
(4) = (1) + (2) + (3)	(325.629,85)	(652.296,89)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.983.054,76	7.635.351,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.657.424,91	6.983.054,76

O Contabilista Certificado

A Comissão Executiva

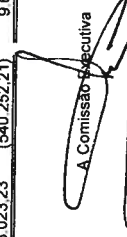
Reb foto Bayad

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO FUNDO DO CAPITAL
DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Fundos	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Doações Diversas	Resultado líquido do exercício	Total do fundo de capital
	551.520,83	-	-	-	-	(6.688.855,03)	18.358.023,23	(540.252,21)	9.680.436,82
Posição em 1 de janeiro de 2023									
Aterações do exercício									
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital	-	-	-	-	-	(540.252,21)	-	540.252,21	-
	-	-	-	-	-	(540.252,21)	-	540.252,21	-
Resultado líquido do exercício									
								(115.154,32)	(115.154,32)
Resultado integral								425.097,89	(115.154,32)
Posição em 31 de dezembro de 2023	551.520,83	-	-	-	-	(9.229.107,24)	18.358.023,23	(115.154,32)	9.565.282,50
	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Doações Diversas	Resultado líquido do exercício	Total do fundo de capital
	551.520,83	-	-	-	-	(9.272.328,07)	18.358.023,23	583.473,04	10.220.689,03
Posição em 1 de janeiro de 2022									
Aterações do exercício									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	583.473,04	-	(583.473,04)	-
	-	-	-	-	-	583.473,04	-	(583.473,04)	-
Resultado líquido do exercício									
								(540.252,21)	(540.252,21)
Resultado integral								(1.123.725,25)	(540.252,21)
Posição em 31 de dezembro de 2022	551.520,83	-	-	-	-	(8.688.855,03)	18.358.023,23	(540.252,21)	9.680.436,82

O Contabilista Certificado

A Comissão Executiva



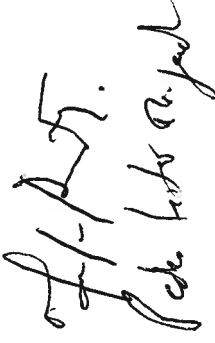
Stanley Ho
Pela Junta Geral

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO FUNDO DO CAPITAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Fundos	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transferidos	Doações Diversas	Resultado líquido do exercício	Total do fundo de capital
	551.520,83	-	-	-	-	(8.688.855,03)	18.358.023,23	(540.252,21)	9.680.436,82
Posição em 1 de janeiro de 2023									
Aterações do exercício									
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital	-	-	-	-	-	(540.252,21)	-	540.252,21	-
	-	-	-	-	-	(540.252,21)	-	540.252,21	-
	-	-	-	-	-	-	-	(115.154,32)	(115.154,32)
Resultado líquido do exercício									
	-	-	-	-	-	-	-	425.097,89	(115.154,32)
Resultado integral									
	551.520,83	-	-	-	-	(9.229.107,24)	18.358.023,23	(115.154,32)	9.565.282,50
Posição em 31 de dezembro de 2023									
	551.520,83	-	-	-	-	(9.272.328,07)	18.358.023,23	583.473,04	10.220.689,03
Posição em 1 de janeiro de 2022									
Aterações do exercício									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	583.473,04	-	(583.473,04)	-
	-	-	-	-	-	583.473,04	-	(583.473,04)	-
	-	-	-	-	-	-	-	(540.252,21)	(540.252,21)
Resultado líquido do exercício									
	-	-	-	-	-	-	-	(1.123.725,25)	(540.252,21)
Resultado integral									
	551.520,83	-	-	-	-	(8.688.855,03)	18.358.023,23	(540.252,21)	9.680.436,82
Posição em 31 de dezembro de 2022									

A Comissão Executiva



Pedro Luís da Silva

O Contabilista Certificado





FUNDAÇÃO
Stanley Ho

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	2023	2022
Vendas e serviços prestados	212.695,65	331.269,01
Custo das vendas e dos serviços prestados	(148.218,52)	(295.177,22)
Resultado bruto	64.477,13	36.091,79
Outros rendimentos	1.448.198,62	173.465,72
Gastos de distribuição	0,00	0,00
Gastos administrativos	(270.422,41)	(169.744,70)
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00
Outros gastos	(1.357.407,66)	(580.065,02)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(115.154,32)	(540.252,21)
Gastos de financiamento (líquidos)	0,00	0,00
Resultados antes de impostos	(115.154,32)	(540.252,21)
Imposto sobre o rendimento do período		0,00
Resultados líquido do período	(115.154,32)	(540.252,21)

A Comissão Executiva

H. P. H.
Rede Leitor Ronged

O Contabilista Certificado

**Exma. Administração
Fundação Stanley Ho
Edifício Pedro Alvares Cabral,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa**

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Introdução

1. Auditei as demonstrações financeiras anexas de **Fundação Stanley Ho**, que compreendem a demonstração da posição financeira / o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 10.753.439,99 euros e um total de capital próprio de 9.565.282,50 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 115.154,32 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Âmbito

2. No decurso do exercício de 2023 acompanhei a evolução da atividade da fundação, tendo reunido com os Órgãos de Governação e com o restante pessoal, procedendo a verificações dos valores registados na contabilidade, através da técnica de amostragem e à análise das demonstrações financeiras, e constatei da conformidade das políticas e princípios contabilísticos, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Responsabilidades

3. Cabe ao Órgão de Gestão a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado que permita assegurar, a condução ordenada e eficiente do seu negócio, a salvaguarda de ativos, a prevenção e deteção de fraude e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível.
4. A minha responsabilidade consiste em relatar os pontos fracos e as situações materialmente importantes que chamaram a nossa atenção em consequência da revisão efetuada às contas. Este exame não foi concebido para determinar a adequação do controlo interno para fins de gestão.

Trabalho realizado

5. No decorrer do exercício acompanhámos a evolução da atividade da entidade, através da informação contabilística e da respetiva documentação de suporte, em contacto com os serviços, assim como pelo trabalho de conferência e análise dos valores registados na contabilidade, através da técnica de amostragem;
6. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no Anexo;
7. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos que lhes servem de suporte;

8. Análise do sistema de organização da empresa, com vista ao planeamento do âmbito e extensões dos procedimentos de auditoria, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
9. Realização dos testes substantivos, que considere adequados em função da materialidade dos valores envolvidos;
10. Análise, conferência das reconciliações bancárias e da resposta à circularização bancária dos saldos a 31 de dezembro;
11. Solicitação a outras entidades de informações e saldos a 31 de dezembro;
12. Análise aos movimentos e saldos das contas a receber e a pagar;
13. Verificação da situação fiscal e análise aos movimentos e saldos das contas do Estado e Outros Entes Públicos;
14. Análise aos movimentos e saldos das contas do ativo fixo e depreciações praticadas;
15. Análise e testes dos vários elementos de gastos e rendimentos e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
16. Análise aos cálculos da estimativa do IRC a pagar;
17. Análise aos movimentos nas contas de capitais próprios;
18. Análise à evolução da atividade da entidade, seus ativos operacionais mais significativos – investimentos, clientes e meios monetários – rentabilidade, impostos pagos, rácios económicos e financeiros, e proposta de distribuição de resultados

Factos significativos/materiais ocorridos

19. Para além dos assuntos incluídos nas secções de “Outras Matérias” da Certificação Legal de Contas sobre as demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2023, tenho a relatar as seguintes situações:
20. A Fundação não tem em front office/programa analítico de registo dos instrumentos financeiros que lhe permita registar todos os movimentos: de compras, vendas, apuramento de mais valias por título após alienação, o inventário analítico com método de custeio e a respetiva valorização no final de cada mês, e reconciliar mensalmente a informação com a informação bancária. A falta desta informação e existindo erros analíticos eles podem não ser detetados com as consequências daí resultantes.
21. Conforme mencionado nos anos anteriores, foi concedido no ano de 2008 à Fundação um empréstimo de 500.000,00 euros pelo Dr. Stanley Ho que ainda não se encontra formalizado por contrato.

Recomendações e oportunidades de melhoria

1. Ao analisar ativo fixo registado na contabilidade e o registado nos mapas de amortizações, verifiquei que o modelo de apresentação e organização é diferente, pelo que recomendo que os mapas de amortizações sejam reformulados e apresentados tal como estão nos registos contabilísticos, devendo os valores de cada uma das rubricas ser os mesmos. Deverá ser criado um arquivo permanente onde esteja a evidência deste trabalho a realizar até ao final do corrente ano.

2. Deverão analisadas todas as contas de terceiros acréscimos e diferimentos, bem como a composição de cada conta, e qualquer situação especiais devem ser reportadas à Administração.
3. Deve ser alterada a forma como está a ser contabilizadas os valores correntes das férias e subsídio de férias para que os valores se encontrem uniformizados mensalmente.
4. Devem ser manualizados os valores das amortizações, e não contabilizadas na totalidade no mês de dezembro.
5. A contabilidade deve obter no final de cada exercício as Cadernetas Prediais dos diversos imóveis da Fundação e conferir os mesmos com os registos contabilísticos, devendo haver uma pasta própria de arquivo permanente onde esteja arquivada toda a documentação organizada por anos.

6. Lei nº 83/2017 de 18 de agosto

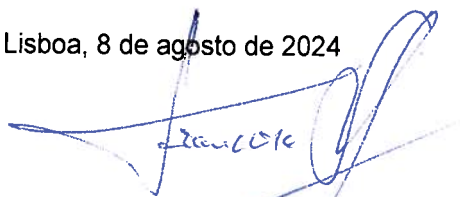
Pagamentos ou vendas de elevado valor - Um comerciante ao aceitar pagamentos em numerário aparentemente relacionados entre si, de valor igual ou superior a 15.000€, tem de registar os seguintes elementos identificativos da pessoa ordenante:

- Nome completo, assinatura e fotografia
- Tipo, número, data de validade e entidade emitente
- Data de nascimento e nacionalidade
- Naturalidade e outras nacionalidades não constantes do doc. de identificação
- NIF (número de identificação fiscal) • Morada fiscal e permanente (se diferentes)
- Profissão e entidade patronal (se existirem)
- Qual o objetivo desta compra?
- Qual a origem dos fundos?
- Quem irá usufruir desta compra?

Recolha sempre a cópia do documento de identificação do consumidor e sugere-se que tenha um registo (num caderno quiçá) para anotar as situações em que preveja que um seu freguês atinga os 15.000€ em compras/pagamentos, num intervalo de 90 dias.

Se necessário explique ao consumidor que a Lei (de BC/FT) exige que recolha a sua identificação.

Lisboa, 8 de agosto de 2024



Francisco Manuel Constantino Pinto
Revisor Oficial Contas 694